

Ata nº 87 / XIII / 2.ª SL

Aos seis dias do mês de junho de 2017, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1.ª Parte

Audição do Senhor Embaixador de Portugal em Sófia, Luís Ferraz.

2.ª Parte

1. Informações Gerais.

2. Apreciação e votação da Proposta de Redação Final do [Projeto de Resolução n.º 866/XIII/2.ª \(BE\)](#) – “Recomenda ao Governo que garanta a salvaguarda dos habitantes dos Açores no âmbito da utilização da Base das Lajes pelos Estados Unidos da América”; [Projeto de Resolução n.º 868/XIII/2.ª \(PS\)](#) – “Sobre o Futuro da Base das Lajes”.

3. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 305/XIII/2.ª da iniciativa de Estevão Domingos de Sá Sequeira que “Recomenda a adoção de providências com vista a facultar a opção de contratos de consumo e de arrendamento serem traduzidas para outras línguas, em benefício de turistas e migrantes”

- Deputado(a) autor(a) do relatório: PS

4. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 306/XIII/2.ª da iniciativa de Estevão Domingos de Sá Sequeira que “Recomenda que as notificações e avisos de órgãos oficiais possam ser remetidas noutras línguas”.

- Deputado(a) autor(a) do relatório: PS

5. Apreciação da proposta de audições pela autora do Parecer (Deputada Lara Martinho - PS) no âmbito da apreciação da Proposta de Resolução n.º 49/XIII/2.ª - Aprova o Acordo Económico e Comercial Global entre a União Europeia e os Estados - membros, por um lado, e o Canadá, por outro, assinado em 30 de outubro de 2016;

6. Apreciação da proposta de calendarização de audições pela autora do Parecer (Deputada Carla Cruz - PCP) no âmbito da apreciação da Proposta de Resolução n.º 50/XIII/2.^a - Aprova o Acordo de Parceria Estratégica entre o Canadá, por um lado, e a União Europeia e os seus Estados - membros, por outro, assinado em Bruxelas, em 30 de outubro de 2016;

7. Apreciação e votação do Relatório da COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO Rumo a uma política comercial sólida para a UE em prol do emprego e do crescimento - COM(2016) 690;

- Deputada autora do relatório: Paula Teixeira da Cruz - PSD

8. Distribuição de iniciativa legislativa e nomeação do autor do parecer

- Proposta de Resolução n.º 52/XIII/2^a- Aprova o Protocolo Adicional à Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção do Terrorismo, aberto a assinatura em Riga, em 22 de outubro de 2015;

Deputado autor do Parecer: PS

9. Aprovação de Atas

- Ata n.º 57, de 13.12.2016;
- Ata n.º 59, de 03.01.2017;
- Ata n.º 81, de 28.04.2017;
- Ata n.º 86, de 23.05.2017.

10. Outros assuntos.

1.^a Parte

Dirigida pelo Presidente da Comissão, Senhor **Deputado Sérgio Sousa Pinto**, a sessão iniciou-se com a audição do Senhor Embaixador de Portugal em Sófia, Luís Ferraz, a quem foram prestadas as boas vindas, e explicada a metodologia da audição.

Na sua intervenção inicial, começou o Senhor **Embaixador** por cumprimentar todos os presentes, tendo agradecido a oportunidade de comparecer perante a Comissão. Prosseguiu, elaborando numa breve síntese sobre a atual situação na Bulgária, tendo salientado a sua realidade assimétrica, à qual não é estranho o período de mais de 500 anos de ocupação otomana. Afirmou não existirem grandes convicções ideológicas nem democratas convictos. Os grupos económicos e políticos exercem forte influenciam nos *media*, fazendo com que a

União Europeia (UE) mantenha vigilância apertada sobre a democracia búlgara. Portugal tem prestado assistência e procurado desenvolver cooperação bilateral, embora com algumas decisões estranhas, como por exemplo, a da TAP que decidiu alternativamente voar para a Sérvia, plano que apenas durou um mês. Contrapartida, a Bulgária tomou a iniciativa de criar dois voos semanais para Lisboa, sempre cheios. Retratou, de seguida, o *superavit* da balança comercial favorável à Bulgária (60 milhões de euros), ao qual não será de todo estranho o fraco interesse português pelos Balcãs. A Bulgária é hoje o principal beneficiário de fundos comunitários, os quais, embora com baixos índices de aproveitamento, constitui oportunidade suficiente para que Portugal aprofunde o seu interesse económico por este país que, de resto, demonstra grande interesse por Portugal e pelos portugueses, designadamente pela construção e arquitetura portuguesa, tendo lembrado a presença, recente, em Sofia e com grande êxito, do arquiteto Pedro Gadanho, projetista do MATE. Outro exemplo deste interesse foi o subsequente à abertura, em 2013, de uma delegação do Instituto Camões em Sofia, nas instalações da Embaixada. Embora o orçamento da Embaixada para a área cultural se cifre nos 15 mil euros, existem hoje 1 leitor e 8 bolseiros a trabalhar na Embaixada, sendo que o ensino do português conta já com mil alunos, repartidos pelas 4 maiores cidades búlgaras, com tendência para forte aumento. Lembrou, ainda, que o salário mínimo no país se situa nos 200 euros, e o médio nos 400. Terminou a sua alocução, referindo ter sido recentemente criada uma Câmara de Comércio, sendo essencial a abertura de uma delegação da AICEP em Sofia, decisão que a Espanha e a França já tomaram.

Interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, para em nome do seu Partido saudar a presença do Senhor Embaixador e perguntar, primeiro, qual a real situação dos refugiados na Bulgária; se existem problemas com minorias étnicas no país; como avaliava o convidado as tensões políticas nos Balcãs e qual o posicionamento da Bulgária na região; e, finalmente, qual é o ponto de situação na cooperação bilateral.

Respondeu o Senhor **Embaixador** que a Bulgária, até historicamente, está “entalada” entre a Turquia e a Rússia, tendo sido este país a libertar os búlgaros do jugo otomano, factos que relevam na realidade búlgara a todos os níveis. Salientou eu o cenário búlgaro sobre refugiados que circula na Europa não é exato, cuja magnitude é frequentemente inflacionada. Na realidade, a Bulgária não tem sofrido impactos assinaláveis desta crise, muito pelo facto de a Turquia desviar os refugiados para a Grécia, por via marítima. Já quanto ao funcionamento do sistema político búlgaro, lembrou que a Constituição impõe a obtenção de, no mínimo, 4% de votação para que possa existir representação parlamentar, e que os nacionalistas obtiveram 15%. Paralelamente, o partido etno-turco cindiu-se após o episódio do abate do avião russo pela aviação turca, embora a comunidade turca esteja plena e pacificamente integrada na sociedade, constituindo mesmo um exemplo para toda a região balcânica. Das restantes minorias, o caso dos ciganos (10% da população) é o mais grave, pois não possuem qualquer tipo de organização que os represente institucional e politicamente. Por outro lado, o sistema judicial búlgaro é fortemente permeável ao poder político, designadamente ao Governo, tendo referido que a independência dos Tribunais é, na Bulgária, uma mera formalidade constitucional. Assinalou, ainda, que as únicas reformas encetadas na área penal tiveram a ver com a separação de magistraturas, aspeto que,

segundo sublinhou, talvez explique os fracos índices de investimento estrangeiro, à exceção do caso alemão.

Pelo PS, interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco**, que igualmente começou por saudar, em nome do seu Grupo Parlamentar, a presença do Senhor Embaixador. Seguidamente, quis sublinhar a falta de visão da TAP, bem como a fraca dimensão do relacionamento económico bilateral, onde ao propalado aumento de empresas portuguesas na Bulgária não tem correspondido um incremento de fluxos financeiros, tendo questionado o convidado a acerca deste aparente paradoxo. Prosseguiu, para perguntar qual a real situação das empresas portuguesas no país e se estão identificadas dificuldades e pontos de melhoria; que áreas de incremento económico-comercial são identificáveis; se a Bulgária pode constituir porta de entrada preferencial para a região balcânica; e qual a situação do ensino do português no país. Terminou, perguntando qual o ponto de situação nas relações com a UE, designadamente, se a União pressiona ativamente a Bulgária no sentido do aprofundamento da democracia interna e melhoria dos indicadores de desenvolvimento.

Respondendo, referiu o **convidado** que o Grupo Amorim está a trabalhar na Bulgária desde 1999 e é ponto de entrada nos Balcãs e na Rússia. Relembrou que a Bulgária veicula vantagens fiscais assinaláveis, de que é exemplo a aplicação de taxa única de 10% para rendimentos empresariais. Na sua intervenção, ocasional, na Bulgária, a AICEP tem privilegiado a promoção de produtos tradicionais portugueses. O maior êxito de exportações tem sido o vinho verde, com forte exportação para a Rússia. Outras áreas com potencial são a construção e a arquitetura. Porém, Portugal acompanha, mal, uma certa tendência de desinteresse no desenvolvimento de relações com este país, pelo facto de não se tratar de um país da “1.ª divisão” europeia. A Rússia, Espanha, França, Itália e Reino Unido, começaram a apostar fortemente no ensino dos respetivos idiomas, sendo que Portugal, ao abrigo do acordo de cooperação neste domínio recentemente assinado com a Bulgária, espera vir a ter cerca de 3 mil alunos búlgaros muito em breve. Relembrou existir em Portugal uma razoável comunidade búlgara, por vezes confundida com outras da mesma região. E conclui, sublinhando o interesse manifestado pela Bulgária em aceder ao Espaço Schengen, no que chocou com a oposição da Alemanha e da Holanda, dados os problemas com o tráfico de armas (fabricadas na Bulgária) e de cocaína, que grassam nas fronteiras externas búlgaras.

Interveio a Senhora **Deputada Domicília Costa (BE)** para, em nome do seu Partido, saudar a presença do Senhor Embaixador e perguntar se a Embaixada possui meios técnicos, humanos e financeiros para desempenhar cabalmente a sua missão.

Em resposta, referiu o Senhor **Embaixador** existirem presentemente ao serviço da Embaixada três administrativos (dois deles com mais de 60 anos) todos com forte dedicação a Portugal, e ainda um motorista. Recentemente, dois destes funcionários, falantes de português, haviam requerido a nacionalidade portuguesa, o que lhes foi recusado pelas autoridades nacionais, facto que lamentou, quer pela falta de reconhecimento de Portugal por quem dignifica o seu nome, quer até pelo facto de terem sido estes funcionários a instituir a associação de lusofalantes na Bulgária. Sublinhou não existir residência oficial em Sofia. Não

existem meios adequados e suficientes para aquilo que seria aconselhável fazer-se na Bulgária.

Interveio o Senhor **Presidente**, solicitando ao convidado que fizesse chegar aos serviços da Comissão dados relativos ao processo de requerimento da aquisição de nacionalidade portuguesa por parte dos mencionados funcionários da Embaixada.

Interveio seguidamente o Senhor **Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP)** que saudou o convidado e desde logo se associou ao pedido formulado pelo Senhor Presidente acerca dos processos de aquisição da nacionalidade por parte dos mencionados funcionários. Perguntou se existe alguma evolução relativamente ao projeto em tempo existente, de promover um “fórum empresarial” bilateral, e se o “duelo” para o cargo de Secretário-geral da ONU deixou algum tipo «de sequela na sociedade política búlgara, relativamente a Portugal.

Respondeu o Senhor **Embaixador** que o processo de eleição na ONU foi de tal modo transparente que não deixou espaço para qualquer tipo de comentário ou oposição, tendo salientado que os búlgaros acabaram mesmo por apoiar a eleição do atual Secretário-geral. E voltou a lembrar que a Câmara de Comércio já começou a funcionar, tendo mesmo levado a efeito um fórum económico, ao qual deveria ser dado seguimento, sendo para tal necessários mais meios.

Pelo PCP, interveio o Senhor **Deputado João Oliveira**, que saudou o convidado, em nome do seu Grupo Parlamentar. Tendo já sido formuladas praticamente todas as questões que o PCP desejaria ter formulado, perguntou o Senhor Deputado quais eram, na ótica do convidado, os maiores obstáculos com que se depara a comunidade portuguesa na Bulgária, e de que forma tem reagido a Embaixada, atenta a parquiza de recursos. Perguntou, depois, do ponto estratégico, qual seria a prioridade no sentido de aprofundar o relacionamento bilateral, se a através da União, se institucionalmente, por via política ou mesmo parlamentar.

Respondeu o Senhor **Embaixador** que a comunidade portuguesa no país é muito jovem e tem vindo a crescer, pressionando a capacidade de atendimento consular, sendo que os búlgaros passaram também a recorrer mais aos serviços consulares, designadamente, para obtenção de vistos de entrada em território nacional. Quanto às prioridades estratégicas, elencou a justiça, o recurso a meios de comunicação da era digital, as obras públicas e engenharias, e a investigação, tendo realçado um projeto em curso com o Instituto de Estudos Sociais.

Seguidamente, teve início a **2.ª Ronda de intervenções**, onde intervieram os Senhores **Deputados** abaixo assinalados, que formularam as seguintes questões:

Carlos Páscoa (PSD), que procurou clarificar se a propalada corrupção era igualmente constatável no aparelho judicial; até que ponte a criminalidade organizada pode constituir

entreve ao investimento estrangeiro; e ainda, se a Bulgária de hoje está mais virada para a Rússia, a UE ou Turquia;

Wanda Guimarães (PS), questionando acerca da igualdade de género na Bulgária; quais as implicações da inclusão de um partido de extrema-direita na coligação governamental e em que medida pode tal facto contribuir para a resolução dos problemas dos búlgaros;

Respondeu o Senhor **Embaixador** que a avaliação da situação búlgara é muito complexa e pouco transparente, havendo mesmo quem diga que a empresa área búlgara pertence a membros do crime organizado da região de Varna. O verdadeiro problema reside na transparência do processo decisório político, o qual adquire expressão, igualmente, na certeza e segurança jurídica da justiça, persistindo a ideia de que os Tribunais apenas funcionam para os pequenos casos. Relembrou, ainda, que a Bulgária foi o país que mais perdeu com as sanções aplicadas pela União à Rússia, tendo visto o gasoduto por onde passava o abastecimento russo ser substituído por outro criado pelos turcos. As próprias relações russo-búlgaras têm vindo a oscilar entre a provocação e a prática de atos de generosidade. A questão da desigualdade de género não tem visibilidade na Bulgária, existindo mesmo inúmeras mulheres ocupando cargos políticos e públicos de elevada responsabilidade, pese embora subsistam culturalmente sedimentadas práticas injustas, como o ilustra o facto de para uma mesma tarefa, as mulheres serem pagas abaixo do que é pago a um homem. A comunidade islâmica na Bulgária mantém as suas tradições relativamente às mulheres.

Chegada ao fim a audição, o Senhor **Presidente** agradeceu a presença do senhor Embaixador Luís Ferraz e interrompeu a sessão por cinco minutos, para acompanhar o convidado à saída.

Retomada a sessão, passou-se à 2.^a Parte da OD, tendo sido abordadas as seguintes matérias, relativas ao **Ponto 1.** da OD:

- O Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros está disponível para a audição por requerimento do PSD, sobre a situação da Base das Lajes, no dia 20 de junho, pelas 16h00. Ficou unanimemente decidida a data e hora desta audição, conforme o que antecede.
- A Sra. Secretária-Geral do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) Helga Schmid, devido ao agendamento de novos compromissos no dia 8 de junho em Bruxelas, virá mais tarde chegando a Lisboa pelas 19h. Assim, foi colocada à consideração das Comissões envolvidas que esta sessão pudesse decorrer no dia 9 de junho (6.^a feira) na sala n.º 6, antes da sessão plenária, com início às 9h00. Deputados das Comissões de Defesa e Assuntos Europeus também estarão presentes. Foi ainda referido, na sequência dos contactos estabelecidos pelos serviços da Comissão junto dos diferentes Grupos Parlamentares, não existirem garantias de presença dos respetivos Deputados, pois apenas o BE e PCP garantiram presença. Perante esta situação, sugeriu o Senhor **Presidente** que a participação dos restantes Deputados fosse feita

a título individual, hipótese que foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

- No âmbito do Acordo de Parceria entre a União Europeia e Cabo Verde, a Comissão de Assuntos Europeus convida a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas a participar numa audição conjunta ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, prevista para o dia 21 de junho (4.ª feira) pelas 10h00. Deliberou a Comissão, por unanimidade, participar na referida audição.

- O Embaixador de Portugal em Zagreb confirmou a sua presença em Lisboa na semana de 10 a 14 de julho de 2017, tendo disponibilidade para a audição todos os dias menos o dia 11. Neste seguimento, deliberou a comissão receber o Senhor Embaixador em Audição, no dia 13 de julho, pelas 15 horas.

- Na tarde do próximo dia 21, decorrerá em Bruxelas uma Conferência no Parlamento Europeu, patrocinada pelo respetivo Presidente, que irá abordar a temática da gestão das migrações. Em especial, a Conferência abordará as questões da gestão da concessão de asilo, das migrações, da promoção da estabilidade e prosperidade nos países terceiros e o reforço da segurança interna da EU. A delegação parlamentar será composta por um Deputado de cada uma das três Comissões tematicamente competentes (1.ª, 2.ª e 4.ª), devendo garantir-se a melhor amplitude de representação política que for possível. Ficou unanimemente decidido que, caso não possa deslocar-se a Senhora Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD), participará a Senhora Deputada Isabel Santos (PS)

- O Conselho Português para a Paz e Cooperação, no quadro da realização em Lisboa, realiza a 21 do corrente uma Sessão Pública de Solidariedade com o Saara Ocidental. Aproveitando a ocasião, solicita audiência à CNECP, a 21 (4.ª feira) ou 22 (5.ª feira) de junho, pelas 14 horas. Colocada a questão à discussão, sugeriu o Senhor Presidente que esta audiência, a ser aprovada, decorresse no formato de Mesa e Coordenadores, no dia 21, pelas 14 horas, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

Relativamente ao **Ponto 2.**, e na sequência da análise do texto submetido à Comissão para aprovação de redação final, pediu a palavra a Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)** para apresentar pedido de alteração da redação, no sentido de circunscrever a questão da descontaminação à ilha Terceira. Para tal, propôs, em 2. do texto de fusão, a substituição da expressão «...a reparação dos danos ambientais decorrentes...», por «...a total descontaminação ambiental na ilha Terceira decorrente...».

Interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** para suscitar a dúvida sobre se a intenção final pretendida pelo PS não estaria já salvaguardada na redação final apresentada pela DAPLEN.

Intervindo em respostam, referiu a Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)** desejar manter a sugestão de alteração apresentada.

Posto o que antecede, o Senhor **Presidente** colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com a abstenção do PSD.

Nos **Pontos 3. e 4. da OD**, procedeu-se à apresentação das Notas de Admissibilidade alusivas às Petições ali referenciadas. Neste seguimento, interveio o Senhor **Presidente** para expor o seu entendimento, no sentido de que a matéria objetivamente tratada nas Petições em causa, não cabem na esfera de competências adstritas à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas. Assim, concluiu que, tendo já sido recebidas no Parlamento, deveriam as referidas Petições ser devolvidas a Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República, para reapreciação e eventual reencaminhamento para a Comissão ou Comissões para tal competentes em função da matéria.

Colocada a questão à apreciação da Comissão, não se registaram intervenções, tendo a decisão sido aprovada por unanimidade dos Deputados presentes

Relativamente aos **Pontos 5. e 6.**, interveio o Senhor **Deputado João Oliveira (PCP)** para sugerir que a audição das entidades elencadas pelo PCP sejam solicitadas por escrito, evitando a presença das mesmas.

Interveio a Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)** para aderir à sugestão do anterior interveniente, dado que também o PS apresentou lista de entidades a ouvir.

Interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** para declarar nada ter a opor ao sugerido.

Assim, atenta a confluência de posições, ficaram os serviços da Comissão mandatados para solicitar junto das entidades em apreço, os pedidos de emissão de parecer, assim como coligi-los, no máximo, até ao dia 22 de junho.

No **Ponto 8.**, o **PS**, pela voz da Senhora **Deputada Lara Martinho**, indicou como Relatora da iniciativa ali referida, a Senhora Deputada Isabel Santos.

No **Ponto 9.**, foram lidas as atas supra referenciadas, tendo as mesmas sido votadas em bloco e aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes.

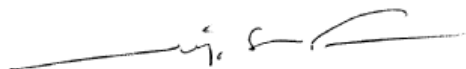
Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente** encerrou a sessão pelas doze horas e quarenta e cinco minutos.

A presente reunião foi gravada em áudio podendo o registo áudio ser consultado através das seguintes hiperligações:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/2SL/COM/02_CNECP/cnecp_20170606.mp3

Palácio de São Bento, 06 de junho de 2017,

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Carlos Páscoa Gonçalves
Domicilia Costa
Isabel Santos
Joana Lima
João Oliveira
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite
Rui Silva
Sérgio Sousa Pinto
Maria Augusta Santos
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Carlos Alberto Gonçalves
Filipe Lobo D' Ávila
José Cesário
Paulo Neves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Gabriela Canavilhas
Sérgio Azevedo

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 27/06/2017.